



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA PROAD Nº 4511/2020-B**

**O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**, em Sessão Ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho Durval César de Vasconcelos Maia, presentes os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Desembargadores(as) do Trabalho José Antonio Parente da Silva, Maria Roseli Mendes Alencar, Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior, Plauto Carneiro Porto, Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, Jefferson Quesado Júnior, Emmanuel Teófilo Furtado e a Senhora Procuradora Francisco Helena Duarte Camelo,

**RESOLVE,**

Por unanimidade, aprovar a seguinte alteração nos Grupos 2 e 3 do Plano Plurianual de Obras do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região:

**ITEM 1**

**OBRA: RETROFIT DAS FACHADAS, RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL, IMPERMEABILIZAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS DO EDIFÍCIO DOM HELDER CÂMARA PERTENCENTE AO TRT7 INDICAÇÃO DO IMÓVEL: Edifício Dom Helder Câmara CUSTO: R\$ 5.926.308,00**

**ESTIMATIVA INICIO/FINAL DOS SERVIÇOS E OBSERVAÇÕES:** Processo a ser licitado com previsão de início e término dos serviços no ano de 2023. Projeto aprovado no Conselho Superior da Justiça do Trabalho e recurso financeiro disponível no PLOA 2023.

**ÍTEM 2**

**IMPLEMENTAÇÃO DE NOVO SISTEMA DE AR CONDICIONADO, SUBSTITUIÇÃO DO FORRO EXISTENTE E ATUALIZAÇÃO LUMINOTÉCNICA NO PRÉDIO ANEXO I ANEXO II DO COMPLEXO ALDEOTA PRÉDIOS: Anexo I e II do Complexo Aldeota CUSTO: 8.469.430,14**

Apesar da priorização elevada o processo deverá ser instruído e licitado com previsão de início e término dos serviços no ano de 2024 (condicionado a disponibi-

lidade financeira) uma vez que se trata de contratação onde será necessário o aporte financeiro específico de recursos do CSJT.

Aprovar, ainda, que a Secretaria Administrativa deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as medidas necessárias para que as informações constantes do site do TRT7 relativas ao Plano Plurianual de Obras sejam atualizadas na forma do artigo 14-A da Resolução TRT7 N° 354, de 4 de dezembro de 2011, incluído pela Resolução Normativa TRT7 n° 12, de 11 de dezembro de 2020.

Fortaleza, 3 de fevereiro de 2023

**DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA**

Presidente do Tribunal